

Ministério da Pesca e Aquicultura

Memória de Reunião

Assunto:	4ª Reunião Ordinária do CCPN		
Data: 27/11/2025	Início: 14:30	Fim: 16:30	Local: Sala Aflorada, 1º SS, Edifício Soheste
Relator:	Antônio Siqueira Assreuy		

PAUTA:

- 1- Abertura: Presidente – 5 min
- 2 - Aprovação da Memória da Reunião da 3ª RO do CCPN – 5 min
- 3 - Secretário - Apresentação da pauta e visão do MPA– 10 min
- 4 - Posicionamento do MPA quanto as ações de fiscalização de outros órgãos que estimulam a clandestinidade na cadeia do pescado (15 min).
- 5 - Demandas dos CPGs que não foram atendidas no prazo determinado do próprio CPG (1:15 min)
 - Área de ampliação da área captura da sardinha;
 - Suspensão do período de defeso da isca viva;
 - Publicação de portaria da cota por modalidade da albacora bandolim;
 - Defeso do camarão rosa;
 - Autorização complementar para a pesca de lula;
 - Publicação do plano de gestão da corvina;
 - Publicação da portaria instituindo o GT permissionamento de revisão da IN 10/2011.

Assuntos Gerais/Encaminhamentos - 10 min

Encerramento – 5 min

Link de acesso à reunião : https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGM1YzQzYjYtNGQyNS00NGI1LWEwNDMtMjM2ZjdiNGUyNmMz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%229367b38e-17eb-4358-a665-5ca5bdfaf0c%22%2c%22Oid%22%3a%228a6cf994-bd80-478c-a606-239a86005fe1%22%7d

DESENVOLVIMENTO:

Registra-se que a reunião contou com a presença da Diretora da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI, Senhora Sandra Silvestre.

1. Contextualização

A reunião teve como objetivo discutir entraves estruturais da pesca industrial, com foco na regularização de embarcações, fiscalização, defesos, proteção social do pescador, funcionamento dos Comitês Permanentes de Gestão (CPGs) e efetividade das normativas vigentes.

Os participantes ressaltaram o acúmulo histórico de pendências não resolvidas, a baixa efetividade das recomendações dos CPGs e a necessidade de encaminhamentos concretos, exequíveis e com prazos definidos por parte do Estado.

2. Regularização de Embarcações e Ordenamento

Foi destacado que existe um contingente significativo de embarcações em situação irregular ou parcialmente regularizada, especialmente em alguns estados, decorrente de falhas históricas do poder público em cadastrar, fiscalizar e ordenar o setor.

Foram apontadas situações como:

Embarcações com registro no MPA, mas sem inscrição na Marinha;

Embarcações inscritas na Marinha, sem permissão de pesca;

Embarcações fora de qualquer cadastro oficial.

Houve consenso de que não é razoável adotar soluções exclusivamente punitivas após anos de omissão estatal. Defendeu-se como premissa básica a realização de recadastramento amplo, para conhecimento do universo real da frota, antes da adoção de medidas restritivas.

3. Construção de Embarcações, Estaleiros e Carpintarias

Debateu-se a necessidade de identificar e mapear estaleiros e carpintarias navais, inclusive informais, como forma de enfrentar a construção irregular de embarcações.

Foi ressaltado que:

A vedação legal já existe, mas carece de efetividade;

Qualquer proposta deve considerar a capacidade operacional do Estado;

É necessário definir claramente competências, fontes de recursos e metodologia.

Como encaminhamento inicial, sugeriu-se utilizar bases existentes, como o Cadastro Técnico Federal do IBAMA, além de articulação com prefeituras e outros órgãos.

4. Carteira do Pescador Industrial

Houve consenso quanto à necessidade de simplificação, padronização e revisão da carteira do pescador industrial, com clara distinção entre:

Habilitação profissional;

Vínculo empregatício.

Destacou-se que o modelo atual gera insegurança jurídica, dificuldades de fiscalização e exclusão indevida de trabalhadores, sendo defendida analogia com outras categorias marítimas.

5. Defesos, Proteção Social e Previsibilidade

Foram debatidos os impactos socioeconômicos dos defesos, sobretudo quando alterados sem transparência técnica e previsibilidade.

Pontos destacados:

O pescador industrial depende de RGP, vínculo formal e embarque comprovado, não sendo possível “burlar” o sistema;

Necessidade de reforçar e dar previsibilidade ao auxílio-defeso industrial, em articulação com o Ministério do Trabalho;

Impactos diretos sobre CLT, FGTS, seguro-desemprego e planejamento das empresas.

Questionou-se a alteração de períodos de defeso (ex.: camarão) sem clareza dos estudos que as fundamentaram.

6. Funcionamento dos CPGs e Cumprimento de Prazos

Foi feita crítica contundente à ineficiência dos CPGs, com recomendações reiteradas, prazos não cumpridos e processos que se arrastam por anos.

Ressaltou-se que, muitas vezes, os prazos registrados dizem respeito apenas ao início de tratativas, sem resultado efetivo.

Como proposta, foi sugerida a suspensão de novas reuniões de CPGs até que encaminhamentos antigos sejam efetivamente resolvidos, bem como maior automação, digitalização de processos e respeito aos prazos pactuados.

7. Normativas e Segurança Jurídica

Foram relatados casos de alterações normativas sem respaldo técnico formal, gerando insegurança jurídica, autuações indevidas e prejuízos econômicos.

Destacou-se que revisões normativas devem observar:

Coerência histórica;

Justificativa técnica registrada;

Transparéncia nos processos decisórios.

8. Fiscalização e Posicionamento Institucional

Foram discutidos conflitos recentes relacionados à fiscalização, especialmente no Espírito Santo, associados a denúncias envolvendo petrechos em áreas de dutos.

O setor esclareceu que não se opõe à fiscalização ou punição de infratores, mas criticou generalizações que penalizam embarcações regularizadas.

Ressaltou-se a ausência de posicionamento institucional claro do MPA em processos sancionatórios, o que fragiliza a defesa do setor.

9. Rastreabilidade e Segurança da Navegação

Houve consenso quanto à importância da rastreabilidade universal das embarcações, como instrumento de:

Fiscalização justa;

Responsabilização individual;

Aumento da segurança e redução de acidentes.

Foi sugerida a atuação do Estado como comprador central de rastreadores, visando redução de custos e maior adesão do setor.

10. Encaminhamentos Principais

Avaliar a revisão e padronização da carteira do pescador industrial.

Propor recadastramento amplo da frota como etapa prévia ao ordenamento.

Discutir mecanismos viáveis para mapear estaleiros e carpintarias.

Reforçar articulação interministerial para defesos e proteção social.

Criar mecanismos de cobrança e monitoramento de prazos dos CPGs.

Avaliar a suspensão de novas reuniões de CPGs até a resolução de pendências.

Avançar na política de rastreabilidade universal.

Solicitar posicionamento institucional do MPA sobre ações de fiscalização que impactam o setor regularizado.

11. Encerramento

A reunião foi encerrada com o compromisso de consolidação da memória para validação dos participantes, ficando a próxima reunião prevista para o próximo exercício.

DECISÕES e ESCLARECIMENTOS:

Correção de Registro de Presença

Esclarece-se que, na última reunião ordinária, realizada em 27 de novembro de 2025, a informação referente à presença de representante encontra-se incorreta. Registra-se que não compareceu a Senhora Helen A. Araújo, representante do CFMV. O participante presente na referida reunião foi o Senhor Pedro Mansur Sesterhenn, representante do CFMV, a quem deve ser atribuída a devida participação nos registros oficiais.

Definição das Próximas Reuniões

Informa-se que as datas das próximas reuniões do CCPN, aprovadas pelo Presidente do colegiado, ficaram definidas da seguinte forma:

- 16 de abril de 2026;
- 20 de agosto de 2026;
- 26 de novembro de 2026.

PARTICIPANTES: 22 participantes

Membros: Agnaldo (Presidente); José Luís Ravagnani Vargas (Secretário); Antônio Siqueira Assreuy (Supervisor); Hellen; Maxuel; Teixeira; Mara; Elizeu Brito; Eloi; Cleiton Barroso Bittencourt;

Convidados: Luciana Andrade de Santana (MPA); Marina Midori de Oliveira Nakane (MPA); Isabelly Lacerda da Silva; Renata Karla Clarindo Mangabeira (MPA); Mateus Fagundes Costa (MPA); Sandra Silvestre (Diretora da SNPI/MPA, palestrante)

TAREFAS:	Responsáveis	Entrega
Encaminhamento de ofícios ao senhor Ministro sobre a posição do Comitê quanto ao posicionamento dos assuntos tratados na reunião	Presidente e Secretário	30 dias

Próxima Reunião:

16 de abril de 2026, das 14:30 às 16:30 horas



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUIS RAVAGNANI VARGAS, Secretário (a)**, em 16/12/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO SIQUEIRA ASSREUY, Supervisor (a)**, em 16/12/2025, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Agnaldo Hilton dos Santos, Usuário Externo**, em 16/12/2025, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **48814422** e o código CRC **1DDA55EC**.